



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 22/21-25 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2024/02/23**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no edifício Valadares, Teatro Municipal de Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H02M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Joaquim Guardão, foi substituído pelo Secretário Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Presidente de Junta Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído pelo Secretário, António José da Cunha Fernandes.
- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Christine Ferreira Pereira.
- Filipe Samuel Baltazar Fernandes, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Vítor José Brás Rocha.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Carlos Gaspar Segadães Carrilho.
- Ricardo Jorge Rodrigues da Cunha, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Alberto Pereira de Magalhães.
- Abilio Braga Cerqueira, eleito pelo Bloco de Esquerda, foi substituído por Luis Carlos Cancela Fernandes Gonçalves Vilarinho.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro”, Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Abertura da Sessão e Informações da Mesa.

2º - Período de Intervenção do Público.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Apreciação, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 21 de dezembro 2023;
- c) – Apreciação, discussão e votação da Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;
- d) – Apreciação, discussão e votação da Manutenção dos Acordos de Execução e Atribuição de Subsídio às Juntas de Freguesia;
- e) – Apreciação, discussão e votação da Constituição do Júri para Procedimento Concursal de Cargo Dirigente Intermédio de 2º Grau;
- f) – Apreciação, discussão e votação da Definição dos Requisitos de Recrutamento Constantes do n.º 3, do art.º 4º, da Lei 49/2012, de 29 de agosto e Nomeação do Júri do Concurso;
- g) – Apreciação, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal Jovem do Município de Caminha.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a),



Assembleia Municipal de Caminha

ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».-----

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

2.º- INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, deu conhecimento de uma notificação que chegou à mesa do Departamento de Investigação e Ação Penal, da Primeira Secção de Viana do Castelo, que diz respeito ao arquivamento do inquérito que teve origem na queixa apresentada pelo Deputado Municipal Jorge Manuel Cerqueira Nande contra, entre outros, o na altura Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Luís Miguel da Silva Alves, Manuel Luís Pinto Martins, na altura da queixa e atual, Presidente da Assembleia Municipal de Caminha e Luís Manuel Couto Santos Almeida, jornalista...) -----

Recebeu também uma informação/exposição da empresa Transcunha via mail, cujo o assunto é o concurso da rede de transportes do Alto Minho e que todos já tem conhecimento. (**áudio 09.50 e 11.07 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou; porque motivo informou hoje ali o arquivamento, e se esqueceu em tempo



Assembleia Municipal de Caminha

próprio, nomeadamente quando foi constituído arguido de informar ali a sua abertura? Se não reparou que do despacho que leu, dele consta que foram extraídas duas certidões para dois novos inquéritos promovidos pelo DIAP para investigar a contratação pública da Câmara Municipal de Caminha com o Jornal Caminha2000 e Take Filme e AltoMinho.TV, sem que tivessem sido localizados contratos, e que a Câmara pagou ao Caminho2000 com adjudicações diretas, 6 000,00€ por ano desde 2014 até 2022 e 52 000,00€, a Câmara Municipal pagou sem contrato à Take Filme, para publicidade das Assembleias Municipais e de alguns eventos durante os mesmos anos? porque não informou os caminhenses destes novos inquéritos criminais?...) (áudio 11.27 e 17.30 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e perguntou ao Senhor Presidente se aquilo que ali disse foi esta ação tinha sido arquivada. (áudio 11.27 e 17.30 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que não vai responder às perguntas efetuadas pelo Senhor Deputado, porque já as respondeu ao Senhor Delegado do Ministério Público. (áudio 18.10 e 19.16 minutos da gravação). -----

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que Vila Praia de Âncora está bem perto de comemorar o seu 100º aniversário de elevação a Vila e, tendo em conta esta data tão importante para Vila Praia de Âncora e para os Ancorenses, pergunta, o que está o Município a desenvolver, ou, a programar para a comemoração desta data tão importante para a Comunidade de Vila Praia de Âncora e dos Ancorenses. (áudio 21.36 e 22.34 minutos da gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse a título prévio da sua intervenção, para que o Senhor Presidente da Assembleia tenha mais cuidado na gestão dos trabalhos, porque ali o Senhor Deputado Jorge Nande, ao abrigo de uma figura “pedido esclarecimento” teceu uma série de considerações que não fazem parte dessa figura.

De seguida, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara acerca do geocilindros que estão na praia de Moledo, porque, estão a descoberto e gostava de saber se está prevista alguma intervenção para resolver aquele problema. **(áudio 22.50 e 23.50 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e deu início à sua intervenção a referir o ato eleitoral que decorrerá no próximo dia 10 de março, que valoriza o exercício democrático, que conduz à eleição de 230 deputados e levará à eleição de 5 deputados eleitos pelo Distrito de Viana do Castelo...) -----

De seguida o Senhor Deputado felicitou o Município de Caminha, através da Câmara Municipal de Caminha, pela sua integração na rede mundial Mayors for Peace, uma Organização Internacional e mobilizadora para a construção da Paz no Mundo e que une, mais de 8 mil cidades, espalhadas por 166 países e regiões...) -----

O Senhor Deputado, voltou a lembrar a necessidade da integração urbanística da estrada nacional 13, em Vila Praia de Âncora...) -----

Quanto à requalificação na Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora, pediu ao Senhor Presidente se pode prestar alguma informação, e com esta requalificação se podem contar com mais salas para o primeiro ciclo...) -----

Relativamente ao Festival de Vilar de Mouros, disse que com esta primeira confirmação dos Queens of the Stone Age, que esta será uma grande edição do Festival de Vilar de Mouros de 2024.

Par terminar, o Senhor Deputado perguntou sobre o programa comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, e também sobre os 100 anos da elevação de Vila Praia de Âncora, não obstante, recorda que no próximo dia 16 de março, se dá os 50 anos da morte do Contra-Almirante Ramos Pereira, que é uma figura indelével em Vila Praia de Âncora e no país...) **(áudio 24.15 e 29.39 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e deu início à sua intervenção salientando alguns momentos culturais passados no Concelho, como por exemplo, a passagem do ano para 2024 “Onde o Norte Passa o Ano”, o Concerto de Ano-Novo na Igreja Matriz de Caminha, já meados de janeiro, o Encontro de Janeiras, que teve lugar em Vila Praia de Âncora, que voltou a juntar os grupos de cantares de janeiras das nossas freguesias, num esforço de mérito e reconhecimento a estes grupos populares e da Comunidade Caminhense, e fevereiro traz o Carnaval e as Celebrações do Entrudo e desafiando tempestades e o mau tempo que ameaçaram deitar por terra a folia típica do Concelho. Caminha adiou numa semana a sua chegada e o desfile noturno para possibilitar que mais de 1200 participantes desfilassem no Centro Histórico de Caminha, enchendo as ruas com cores, luzes e com o som da música carnavalesca, e como diziam os média, que não cabia um alfinete em Caminha e não cabia mesmo a alegria e a animação encheu a Vila...) ----- Para terminar disse a Senhora Deputada que Caminha goza de uma oferta cultural responsável e que a todos agrada, desafiando os meses que habitualmente se reconhecem como de época baixa, porém, como faltam ainda 3 meses para que esta termine, certamente que o Senhor Presidente poderá assegurar que a oferta cultural até ao arranque do Verão continuará a manter-se com o dinamismo e a qualidade com que até agora o Concelho tem brindado. **(áudio 30.01 e 32.35 minutos da gravação).** -----

A **Senhora Deputada Christine Pereira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que decorrido cerca de 1 ano em relação à intempérie ocorrida a 01 de janeiro de 2023, que deixou um rastro de destruição em várias freguesias do Concelho, pergunta, à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, uma vez que têm informação que estão a decorrer obras em várias freguesias do Concelho; Quais as obras que já foram executadas? As obras que se encontram a executar e aquelas que ainda se irão iniciar? se a Câmara Municipal tem alguma data prevista para a conclusão das mesmas? **(áudio 32.54 e 33.44 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, deu início à sua intervenção a questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre algumas matérias entre as quais perguntou: Relativamente à Freguesia de Moledo, disse que existe uma praga de ratos, nomeadamente na Rua Manuel Afonso; O que está a fazer sobre esta matéria, sendo este um problema de saúde pública? -----

Relativamente à Ponte da Cruz Velha, em Vila praia de Âncora; está à espera que a ponte venha a cair, porque há 1 ano que a OCP diz que corre o risco corre o risco de cair? -----

Relativamente ao Plano Municipal de ação Climática; qual o motivo para que a Câmara Municipal de Caminha não cumprisse o prazo legal para aprovação do Plano Municipal de ação Climática? -----

Relativamente ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil; porque motivo está, desde 02.08.2022 em consulta pública? -----

Relativamente ao Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica que o Município de Caminha tem aprovado o Plano de Ação Climática, sendo ali indicada como fonte dessa informação os serviços municipais; quem é o responsável pelo fornecimento, da referida informação? -----

Porque motivo o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha votou favoravelmente, na CIM Alto Minho, no nome de Tiago Saleiro como pessoa sugerida por aquela entidade (CIM) para administrador da ULSAM? E, se sabia que o referido Senhor não tinha o parecer favorável da CRESAP para o exercício do cargo? -----

Quem gere as páginas das redes sociais do Município de Caminha? Qual o motivo para se apagam, nessas páginas, comentários desfavoráveis à gestão Socialista do Município de Caminha? -----

Fez a Câmara Municipal de Caminha algum contrato novo com o Sr. Luis Santos Almeida, proprietário do jornal "Caminha2000"? (**áudio 33.58 e 45.21 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que há duas sessões da assembleia atrás, o Senhor Deputado Jorge Nande, referiu que ele já era o substituído da Senhora Vereadora Sandra Fernandes, mas, a verdade é que o Senhor Deputado se enganou, porque na sua



Assembleia Municipal de Caminha

bancada o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, já se anunciou como candidato e número dois para as próximas eleições à Câmara Municipal...) -----

Relativamente ao ato eleitoral que decorrerá no próximo dia 10 de março, disse o Senhor Presidente da Junta que a lista de deputados para a Assembleia da República já é publica e, a CDU tem cabeça de lista O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que está ali presente, que é natural do Concelho de Caminha, o Bloco de Esquerda tem o número três, o PS tem o número um, e a AD tem um honroso oitavo lugar em dez candidatos, o que diz muito sobre o prestígio que o PSD tem a nível Distrital e a nível Nacional para dar um honroso oitavo lugar...) -----

Disse ainda que esta semana teve a notícia que os Senhores Vereadores da OCP votaram contra a proposta de Regulamento para a Taxa Turística, algo tão necessário para o Concelho, no entanto, todos assistiram ali os Senhores Deputados da OCP a dizer que estavam a favor da criação dessa taxa, o que vem demonstrar o desnorte da ação política da OCP aqui no Concelho. Pergunta, se a OCP não consegue governar a sua casa, como quer governar o Concelho?...) -----

Para terminar o Senhor Presidente de Junta, volta a referir ato eleitoral que decorrerá no próximo dia 10 de março, para que todas as forças políticas se mobilizem no apelo ao voto numa altura em que a democracia está a ser posta em causa com os populismos, com ataques à honra das pessoas, com situações de denúncias anónimas, porque todos devem homenagear os 50 anos de democracia...) **(áudio 46.18 e 50.28 minutos da gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e agradeceu ao Senhor Presidente da Junta o facto de ali fazer publicidade à sua candidatura de Vice-Presidente à Câmara Municipal das próximas eleições. **(áudio 50.47 e 51.11 minutos da gravação).** -----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que não fez publicidade, apenas lamentou que não tenha esperado o momento certo e tenha retirado já a capacidade política ao atual Vereador. **(áudio 51.22 e 51.38 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que queria dar a resposta ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, no entanto, o **Senhor Presidente da Mesa** entendeu que tinha que formular uma pergunta e não uma resposta, a qual deu origem a que o Senhor Presidente da Mesa pusesse à consideração do plenário e foi rejeitada com 18 votos contra, 14 votos a favor e 03 abstenções. **(áudio 51.58 e 58.28 minutos da gravação)**. -----

De seguida o **Senhor Deputado Jorge Nande**, faz uma interpelação à mesa, e disse que lamenta a condução dos trabalhos e que a mesa desconheça tão grosseiramente o Regimento e que o Senhor Presidente ficará conhecido pelo pior Presidente da Assembleia Municipal que este Concelho alguma vez teve...) **(áudio 59.31 e 1.01.13 minutos da gravação)**. -----

Logo de imediato o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e referiu que trouxe uma intervenção escrita, e nunca numa sessão foi tão assertiva com aquilo que hoje ali se passou e disse, que a opção de desempenhar cargos políticos, sejam eles a nível local ou nacional, é uma escolha que qualquer cidadão tem o direito de fazer, mas sempre, no respeito máximo pelas regras da Democracia, no respeito da Lei, no respeito por quem pensa diferente,...faz diferente.

Disse ainda que Miguel Alves, antigo Presidente da Câmara de Caminha, acusado por denuncia anónima, de ter prevaricado como titular de cargo político no desempenho das suas funções no nosso município, foi julgado e absolvido não tendo sido produzida prova dos factos constantes da acusação do Ministério Público, porém, como ali a ouviram muitas vezes dizer, nem tudo vale na política, não vale tentarem amordaçar a liberdade de quem em Democracia se quer expressar, não vale tentarem amedrontar quem pensa diferente!

Para terminar disse que é importante que quem governa e está sob escrutínio cumpra as regras e as Leis, mas também é importante que quem não governa, quem está do outro lado, tenha consciência de que as calúnias e suspeições infundadas, os



Assembleia Municipal de Caminha

linchamentos prévios em praça pública não são forma de se estar na política e que existe apenas uma forma digna e legal de chegar ao poder e é com o sufrágio nas urnas, porque, quer se goste ou não pois o povo é que ordena! (áudio 1.02.40 e 1.06.40 minutos da gravação). -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento, e disse uma vez que o PS fala tanto em liberdade, porque, razão bloqueiam os munícipes na página no Facebook da Câmara? (áudio 1.07.04 e 1.07.14 minutos da gravação). -----

A Senhora Deputada Paula Aldeia, em resposta disse que sobre essa matéria não sabe responder, no entanto, referiu que tem conhecimento que há pessoas que tecem comentários em outras páginas e são processadas, já não têm o direito de dizer aquilo que pensam neste Concelho. (áudio 1.07.40 e 1.08.07 minutos da gravação). -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que não podia deixar de saudar o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que sendo membro desta Assembleia, é também primeiro candidato pela Coligação Democrática Unitária às eleições à Assembleia da República, o que dignifica o Concelho de Caminha...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado, disse o Senhor Presidente que é importante se falar de paz, que às vezes parecem conceitos tão abstratos e tão indeterminados, que se dão como garantidos na nossa sociedade. Mas, a paz deve ser concretizada no dia a dia, nas relações interpessoais, nas relações que se estabelecem com os nossos opositores, com aqueles com quem se debate politicamente...) -----

Referiu ainda o Senhor Presidente que também ali disse o Senhor Deputado, que este ano se tem algumas datas marcantes no nosso calendário, desde logo os 100 anos de Vila Praia de Âncora, os 50 anos do 25 de Abril, da efeméride Ramos Pereira, mas, não pode ali hoje deixar de evocar o 37º aniversário do falecimento de Zeca Afonso, um homem da liberdade de cultura, um homem do povo que sofreu, mas, acima de tudo, foi sempre uma voz ativa na defesa da democracia e da paz no nosso país...) ---



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à requalificação na Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Caminha entrou em contato com a direção do Agrupamento de Escolas, no sentido de se fazer um levantamento de todas as necessidades para as intervenções no parque escolar de Vila Praia de Âncora, esse levantamento foi feito, e já foi remetido aos técnicos municipais para fazerem a avaliação dos projetos necessários...) -----

Relativamente à urbanização da Estrada Nacional 13, disse o Senhor Presidente que dentro do compromisso que tem com o Senhor Deputado, após as eleições do próximo dia 10 de março, poderá se sentar com ele e com os serviços do município, para se ver qual é o pensamento estratégico que se tem para essa infraestrutura rodoviária.

Quanto ao Festival de Vilar de Mouros, disse o Senhor Presidente que não pode deixar de se congratular com o facto do Festival Vilar de Mouros, cada vez ser mais firme e forte.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Vitor Brás, disse o Senhor Presidente quanto ao Centenário da elevação de Vila Praia de Âncora, a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora de Âncora, em plena articulação e diálogo entendeu realizar em grande aquilo que são as comemorações do Centenário de Vila Praia de Âncora, porém, houve o entendimento das partes a alargar e democratizar e por isso mesmo, foi criada uma Comissão organizadora, para criar um programa que dignifique a data que se pretende assinalar. No entanto, também foi criada uma Comissão de Honra, para que dentro de outros 100 anos possam ver quem é que fazia parte em 2024 da Comunidade de Vila Praia de Âncora...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Domingues, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal tomou conhecimento que os geocilindros que estão na praia de Moledo ficaram a descoberto, nesse mesmo dia, foi notificada a Agência Portuguesa do Ambiente, porque, foi a APA que realizou essa obra, já estiveram no local a avaliar que mecanismos e meios são necessários para colocar novamente os geocilindros soterrados...) -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Renata Monteiro, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Caminha tem um programa cultural intenso, enérgico, e acima de tudo diversificado...) -----



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Christine Pereira, disse o Senhor Presidente no que diz respeito às intempéries, já existem obras concluídas e outras em curso, no entanto, também estão a ser lançados procedimentos muito em breve, estando apenas à espera de um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente...) -----

Relativamente às pragas de ratos a Câmara Municipal de Caminha tem desenvolvido o seu Plano de Desratização, e ainda recentemente houve uma intervenção na Rua da Corredoura, na Praça Conselheiro Silva Torres, na Rua de São João e no Abrigo dos Animais...) -----

Relativamente à questão do Plano Municipal para a Ação Climática, disse o Senhor Presidente que foi uma opção retirá-lo do ponto da ordem de trabalhos da reunião de Câmara. -----

Relativamente à questão do Doutor Tiago Saleiro ter sido uma indicação da Comunidade Intermunicipal Municipal para representante dos Autarcas no Conselho de Administração, não foram só os Presidentes da Câmara do Partido Socialista que votaram favoravelmente o nome do Doutor Tiago Saleiro, também teve o voto favorável da Câmara Municipal de Monção, da Câmara Municipal de Ponte da Barca, a Câmara Municipal de Ponte de Lima, no entanto, não está a exercer funções como ali foi afirmado, porque a quem compete fazer essa nomeação é a Direção Executiva do SNS, apenas foi dada uma mera indicação por parte da CIM. **(áudio 1.08.21 e 1.26.28 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, porque teve tanto tempo a explicar o que está na informação escrita, respondendo a alguns Deputados? Quanto à requalificação da EN13, porque disse ali que vai debater com o Senhor Deputado Joaquim Celestino e com os serviços do município a estratégia, e não vai debater com a Junta de Freguesia interessada, que é de Vila Praia de Âncora e as outras forças políticas representadas neste hemiciclo? **(áudio 1.26.41 e 1.27.38 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que aquilo que ali referiu não foi que ia só e apenas debater com o Senhor Deputado Celestino Ribeiro, ora, aquilo que ali disse foi, que atenta a preocupação do Senhor Deputado Celestino Ribeiro com esta matéria, terá todo o gosto em falar com ele sobre o tema. Porém,



Assembleia Municipal de Caminha

quando entender que seja necessário que essa matéria venha a ser debatida, como é apanágio deste executivo, irá ouvir os Senhores Presidentes de Junta, no entanto, ele chama a participar das suas tomadas de decisão quem ele bem entende, porque há pronúncias que são formais, que são institucionais e outras que não são. **(áudio 1.27.57 e 1.30.03 minutos da gravação).** -----

4.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----
O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, fez um pedido de desculpa à Assembleia, porque a formatação do documento está de forma errada, podendo levar a algum erro na perceção de leitura do documento, ou seja, as alíneas estão todas alteradas, não obstante a informação que consta o texto escrito corresponde àquilo que é a vivência da autarquia desde a última sessão da Assembleia até á presente. **(áudio 1.30.51 e 1.31.27 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que na página 12, está uma informação de uma deliberação de Câmara, que tem a ver com a restrição de horário de funcionamento do estabelecimento de café denominado "Leme" em Vila Praia de Âncora, ora, presume que estão a falar do assunto que fez com que o Senhor António Pereira fosse ali à Assembleia, logo, pergunta, se esta deliberação responde em absoluto a questão que ali foi levantada? se o processo está a ser acompanhado ou, se já findou? **(áudio 1.31.40 e 1.32.56 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, colocou várias questões entre elas, perguntou, qual foi a contribuição concreta da Câmara Municipal na ação de plantação de folhosas e carvalhos no Baldio de Riba de Âncora? -----
Disse que nas páginas 14/15 da informação consta procedimentos de concurso de atribuição da licença de ocupação do Domínio Público Marítimo praia PP2- Moledo para instalação de apoio de praia (norte) e Domínio Público Marítimo praia PP3-



Assembleia Municipal de Caminha

Moledo para instalação de apoio de praia (Sul), pergunta, porque continua montado durante todo o Inverno na zona Sul um bar, quando ali disse que ia determinar a remoção do mesmo este Inverno, e se vai continuar a permitir que, não havendo concessão, aquele bar continue ali? -----

Por último, dá os parabéns pelo milagre das contas, porque a dívida à Luságua desapareceu, pergunta, se a pagou? Se fez um acordo de pagamento e retirou dali a dívida?...) (áudio 1.33.06 e 1.37.36 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e quanto à questão levantada pelo Senhor Deputado Jorge Nande, disse que houve uma parceria entre o Conselho Diretivo dos Baldios de Riba de Âncora, a Junta de Freguesia de Riba de Âncora, os Rotary Club de Caminha e o Município de Caminha para a plantação de 1800 carvalhos. No entanto, antes de se dar início a essa plantação foi necessário fazer uma limpeza no Baldio, a qual foi efetuada pela equipa de Sapadores da Riba de Âncora, pelos funcionários da Junta da Riba de Âncora, e a participação do Município de Caminha nessa limpeza foi a cedência da equipa de Sapadores Municipais. (áudio 1.38.05 e 1.39.19 minutos da gravação). ----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um protesto, porque há pouco tempo a OCP fez uma interpelação à mesa, uma vez que o Senhor Presidente da Junta de Caminha/Vilarelho fez uma pergunta concreta à OCP, no entanto, o Senhor Presidente da Mesa, não teve o mesmo entendimento e deixou que fosse agora respondida pelo Senhor Presidente dos Baldios, ora, a Mesa teve um critério totalmente diferente, em vez de dar a resposta ao Senhor Presidente da Câmara, porque, se estava a falar da informação escrita, permitiu que fosse ali o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora responder àquilo que lhe foi perguntado, e uma vez mais se demonstra a falta de competência da Mesa em aplicar o Regimento que rege esta Assembleia. (áudio 1.39.32 e 1.41.36 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que a deliberação foi para pôr cobro à situação que ali foi reportada pelo munícipe António Pereira...) -----



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto ao apoio que a Câmara Municipal deu na plantação de carvalhos no Baldio de Riba de Âncora, disse o Senhor Presidente que aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora disse corresponde à verdade...) -----
Para terminar disse o Senhor Presidente quanto à questão levantada pelo Senhor Deputado Jorge Nande, referente à Luságua não houve magia, a Câmara Municipal pagou e tem cumprido com os seus objetivos, que é pagar aos seus fornecedores a tempo e horas, e os Senhores Deputados conseguem vislumbrar que poucas são as faturas que estão a mais de 90 dias para pagamento. (áudio 1.43.17 e 1.46.09 minutos da gravação). -----

b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 21 de dezembro 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 21 de dezembro 2023”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções das Senhoras Deputadas Paula Aldeia, Christine Pereira e Senhor Deputado Luis Carlos Vilarinho, dos Senhores Representantes das Juntas de Freguesia de Moledo/Cristelo, Ernesto Casal da Veiga e de Lanhelas, António José Fernandes, e do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, as quais se devem ao facto de não estarem presentes.

c) – Aprovação da Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, e nos termos do n.º 3, do art.º 6.º da citada Lei; “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara.”

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove:

- Delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99.759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;
- Que a presente deliberação produza efeitos sobre os compromissos assumidos durante o ano de 2024.
- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da delegação que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação que ora se propõe.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

d) – Aprovação da Manutenção dos Acordos de Execução e Atribuição de Subsídio às Juntas de Freguesia

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação da Manutenção dos Acordos de Execução e Atribuição de Subsídio às Juntas de Freguesia”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

1. Manter em vigor os acordos de execução celebrados com as Juntas de Freguesia nos montantes já estabelecidos e melhor referenciados no anexo I, no valor global de 184.500,00€, que fica a fazer parte integrante da ata;
2. Atribuir um subsídio às Uniãos de Freguesias/Freguesias, nos termos do Anexo II, no valor global de 134.316,00€, para complemento do exercício das competências referenciadas e nos termos exposto no acordo de execução, e que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata;

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos ao Ensino Superior”.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a OCP não percebe qual foi o critério que o executivo socialista fez na distribuição destas verbas, porque, o Estado para atribuir dinheiro aos Concelhos e às Freguesias, os critérios são, população e



Assembleia Municipal de Caminha

território, logo, ao fazerem a análise àquilo que se distribui pelas freguesias do Concelho de Caminha, chegaram à conclusão que os critérios não são esses, dando alguns exemplos como a União de Freguesias das Argas, que vai receber 22 118,40€ para 159 habitantes, significa que per capita para cada um dos 159 habitantes são 11,00€, e ao se comparar esta União de Freguesias com a Freguesia de Vila Praia de Âncora, que tem 4623 habitantes e recebe 48 722,00€, concluiu-se que Vila Praia de Âncora, recebe por habitante 10,54€, como outras. Logo, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, qual é o critério, qual é a justificação que vai dizer aos fregueses das freguesias prejudicadas por este diferencial? (áudio 1.49.20 e 1.54.50 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que há anos que esta matéria vai ali à Assembleia, e tem havido vários critérios de avaliação e, quando ali vão falar em subsídio per capita, gostava que fizessem um exercício de como era feita essa avaliação há 10 anos atrás, como é que era com a Freguesia de Caminha? era zero, e se cada cidadão de Caminha agora já está a ter 14.00€, logo, as Transferências Correntes para as Freguesias são muito importantes e não pode deixar de valorizar a Câmara Municipal por estas subidas sucessivas.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que no futuro o financiamento às Juntas de Freguesias se fizesse através de transferências do Estado, porque as Juntas de Freguesia são órgãos com legitimidade própria, e assim não estariam a depender da boa vontade de um ou outro Presidente de Câmara, apesar de agradecer neste momento à Câmara Municipal, mas, não se esquece da má vontade do passado. E deixa um repto aos futuros autarcas para que lutem por essa matéria...) (áudio 1.55.09 e 1.58.00 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Jorge Nande e perguntou se sabe quantos quilómetros de valetas tem para limpar a Freguesia de Riba de Âncora? E, quais são as Freguesias que têm o apoio da Suma para limpar as suas valetas? logo, os valores nunca podem ser iguais. (áudio 1.58.43 e 1.59.04 minutos da gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que aquilo que ali referiu foi que há dois critérios para a atribuição destes subsídios e os critérios são aqueles que o Estado fixa quando transfere dinheiro para as freguesias e para os municípios, que são de população e de território. E, aquilo que ali deixou para o Senhor Presidente da Câmara explicar é saber qual foi o critério que ele deu mais predominância...) -----

De seguida fez um pedido esclarecimentos ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminho/Vilarelho, e disse que aos anos que é Presidente de uma freguesia e vem ali dizer que a Câmara Municipal tutela as Freguesias? **(áudio 2.00.23 e 2.02.25 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que aquilo que ali referiu é que as Juntas de Freguesias tenham os financiamentos através do Estado, porque são órgãos independentes. **(áudio 2.02.36 e 2.03.06 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que esta tentativa de colocar uns contra os outros, com ódio para com o vizinho, tentando instigar para depois tentar dividir para reinar, não pode prevalecer, não pode funcionar, acima de tudo, tem de se saber respeitar todas as freguesias. E, aquilo que a Câmara Municipal de Caminha tem vindo a fazer? É, cumprir o respeito para com as Juntas de Freguesia, ao aumentar a transferência de verbas para as mesmas, como bem referiu ali um Presidente de Junta, hoje todos sabem com aquilo que podem contar, porque conhecem as regras e sabem que têm recebido mais dinheiro do que no ano anterior, porém, nos tempos da governança dos sociais democratas na Câmara Municipal de Caminha, havia os amigos, os quase amigos e depois havia os inimigos, e esses não recebiam nada.

Disse ainda o Senhor Presidente que este sim é um trabalho paulatino, mas, com o esforço de todos, para cumprir com aquilo que são as obrigações. No entanto, hoje estão ali a debater as transferências correntes para as Juntas de freguesias, mas, as Juntas de Freguesia também têm transferências de capital e têm outros apoios, subsídios diretos que a Câmara Municipal atribuí, como conseguem verificar nas informações remetidas para as sessões das Assembleias Municipais, ora, os critérios



Assembleia Municipal de Caminha

estabelecidos são os mesmos que foram utilizados pelo seu antecessor, como por exemplo, cuidar o espaço público nas zonas urbanas, não é a igual àquele que acontece nas zonas rurais, quando têm menos população, mas têm mais área para cuidar para não estarem ao abandono, logo, tem que haver critérios, que são critérios de coesão territorial e critérios de solidariedade entre aquelas freguesias que têm mais capacidade para com aquelas que têm menos capacidade, e por isso é que é importante que as Juntas de Freguesia votem favoravelmente esta proposta, porque, recebem mais dinheiro para poderem investir no seu território, e nas pessoas.

Para terminar disse o Senhor Presidente que o orçamento aprovado para 2024, é o orçamento, que mais investe nas Juntas de Freguesia, são 800 000.00€ que estão disponíveis para as Juntas de Freguesia, e quando vão ali fazer comparações com outros municípios laterais, deviam saber que o peso das transferências correntes para as freguesias no orçamento municipal de Caminha é de 1,33% e nesses municípios liderados por outras forças políticas que Vossas Excelências gostam muito é de 0,29%, logo, não devem ir ali dizer que o Município de Caminha faz pouco e que trabalho pouco, porque, com o pouco que tem, dá mais às Juntas de Freguesia. (áudio 2.03.31 e 2.08.05 minutos da gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 13 abstenção.

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez declaração de voto e disse que;

As verbas destes acordos de execução e atribuição de subsídios às juntas de freguesia são um instrumento importante para que as mesmas procedam a diversas atividades.

Nesta perspetiva estão convictos que estas verbas são insuficientes, aliás como os próprios afirmam, e os eleitos pelo PS, manifestem essa opinião nas suas freguesias, mas, não têm a coragem de exigir mais verbas.

No entanto, porque consideram que todas as verbas transferidas são importantes, o voto é abstenção. (áudio 2.09.32 e 2.10.26 minutos da gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, fez declaração de voto e disse que optou pela abstenção, por simpatia aos restantes Presidentes de Junta, porque muitas vezes votam ali favoravelmente e depois explicam aos seus fregueses que as verbas atribuídas pela Câmara Municipal são insuficientes. Ora, manifestamente, o valor é limitado face à quantidade de competências e de trabalhos que é necessário fazer nas freguesias. **(áudio 2.10.45 e 2.12.17 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, fez declaração de voto e disse que votou favoravelmente, porque vê com bom agrado a atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia, no entanto, fica admirado quando vão ali dizer que estas transferências não são importantes, tendo em conta que as mesmas até tem vindo a aumentar. **(áudio 2.12.26 e 2.12.44 minutos da gravação)**. -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

e) – Aprovação da Constituição do Júri para Procedimento Concursal de Cargo Dirigente Intermédio de 2º Grau

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de setembro de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação da Constituição do Júri para Procedimento Concursal de Cargo Dirigente Intermédio de 2º Grau”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1, do art.º 13, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar a composição do júri de recrutamento para cargos dirigentes, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar a “Constituição do Júri para Procedimento Concursal de Cargo Dirigente Intermédio de 2º Grau”.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 10 votos contra e 02 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

f) – Aprovação da Definição dos Requisitos de Recrutamento Constantes do n.º 3, do art.º 4º, da Lei 49/2012, de 29 de agosto e Nomeação do Júri do Concurso

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação da Definição dos Requisitos de Recrutamento Constantes do n.º 3, do art.º 4º, da Lei 49/2012, de 29 de agosto e Nomeação do Júri do Concurso”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1, do art.º 13, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar a composição do júri de recrutamento para cargos dirigentes, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar a “Definição dos Requisitos de Recrutamento Constantes do n.º 3, do art.º 4º, da Lei 49/2012, de 29 de agosto e a Nomeação do Júri do Concurso para Cargo Dirigente Intermédio de 3º Grau”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na



Assembleia Municipal de Caminha

presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

g) – Apreciação, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal Jovem do Município de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa ao “**Regimento da Assembleia Municipal Jovem do Município de Caminha**” conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 12 votos contra e 03 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H45M, do dia 23 de fevereiro de 2024, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)



Assembleia Municipal de Caminha

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)